

## 7 Considerações Finais

Esse trabalho tem como foco principal a assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior, na sua atual configuração: um programa nacional, com diretrizes estabelecidas pelo governo, como parte de um plano voltado à educação.

Apresentamos a educação enquanto direito imprescindível ao pleno exercício de cidadania e como parte essencial de um processo que busca a igualdade e a justiça social.

Buscamos ainda entender a forma como foi configurada a educação superior no Brasil em sua complexidade para podermos identificar as particularidades que permearam esse segmento. A universidade é considerada elemento central desse nível de ensino e especialmente reconhecida pelo aspecto elitista e excludente.

O Brasil, ao contrário de outros países da América do Sul, tem uma tradição universitária tardia em razão da educação superior ter a marca de disputas políticas e ideológicas, que são reproduzidas até hoje.

Com a Constituição Federal de 1988, a educação é reafirmada como direito, porém o processo de reforma do Estado, em curso desde o início dos anos 90, redefine essa concepção de educação para um serviço que visa um objetivo particular: atender ao mercado.

A partir da década de 90, no Brasil, a educação passa a ser estratégia central para a redução das desigualdades sociais e econômicas e o Banco Mundial passa a direcionar suas políticas, com vistas a legitimar o novo padrão de acumulação que sustenta a Reforma do Estado.

O Plano Nacional de Educação de 2001 expressa um novo modelo de ajuste neoliberal e estabelece metas para a educação de acordo com as diretrizes emanadas dos organismos internacionais. Esses acordos têm por base a garantia de financiamentos que promovam o crescimento econômico e a consequente redução das desigualdades socioeconômicas.

A universidade passa a refletir essas mudanças e, dentro dessa perspectiva, tende a perder a sua essência pública. A direção adotada pelas atuais políticas voltadas a esse segmento da educação está imbricada com o processo de Reforma do Estado.

A formação superior é alvo de interesse na medida em que existe a necessidade de mão-de-obra para suprir as novas demandas do mercado. Com o foco voltado à esse segmento, todos os seus processos ficam em evidência, principalmente os das universidades públicas por sua histórica seletividade. O processo de democratização das universidades passa a ser buscado para a redução das desigualdades socioeconômicas.

Entretanto, acesso e permanência de estudantes deveria ser resultado de uma condição legítima de direito, conforme expresso na Constituição Federal de 1988 e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, porém não tem sido um direito usufruído por todos.

A democratização está prevista na reestruturação das universidades federais, através do REUNI, porém essa não pode se efetivar apenas pelo acesso, mas deve ser potencializada com mecanismos que apoiam a permanência de estudantes, com prioridade para aqueles que apresentam dificuldades socioeconômicas que irão interferir em sua trajetória acadêmica.

Nessa perspectiva a assistência estudantil passa a ser um instrumento que pretende dar efetividade às ações de permanência, apoiando as metas da reestruturação e expansão pretendidas.

Embora esse estudo não tenha a intenção de avaliar a atual política educacional implementada pelo governo federal para a educação superior, não podemos deixar de pontuar que, apesar da reestruturação das universidades federais implantadas pelo REUNI ter ampliado o acesso de segmentos historicamente excluídos, traz sérias questões em relação à qualidade do ensino. Para que as metas relativas aos percentuais de conclusão de curso sejam atingidas há o risco de ser instituída algo como a promoção automática. Esse assunto tem sido amplamente discutido pelas associações de docentes e outros segmentos representativos da universidade.

É importante que também seja observado que, embora as IFES registrem um crescimento em seu orçamento em razão dos recursos provenientes do REUNI, a lógica econômica para a educação segue sem alterações. O PNE para o período de 2011-2020, ainda não aprovado pelo Congresso Nacional, prevê a destinação de recursos em torno de 7% do PIB, o mesmo percentual discutido no PNE de 2001, o que demonstre que não houve avanço nessa discussão.

Entretanto, apesar das justas críticas que recaem sobre o REUNI e também sobre a condução da política econômica para a educação, suas diretrizes para a assistência estudantil tem propiciado um momento bastante fecundo que vem possibilitando a implementação de novas ações, com recursos específicos.

Não tenho dúvidas de que a ampliação de vagas e as políticas que buscam a democratização do acesso apresentam-se como um elemento dinamizador das oportunidades educacionais, ainda que também se constituam como parte de uma política que intenciona inserir as IFES na ordem imposta pelos interesses de mercado.

Cabe pontuar que, na UFRJ, as ações de assistência estudantil são desenvolvidas há décadas, muito antes das atuais políticas implementadas para a educação superior, e vêm mobilizado os profissionais que a implementam. Porém para muitos segmentos da universidade, ainda é vista como uma prática assistencialista, marginalizada no conjunto das prioridades tanto acadêmicas como administrativas. Será uma tarefa bastante árdua envolver todos os segmentos da Universidade nas discussões sobre essa temática e ampliá-la para o coletivo da sociedade para que seja apropriada como um direito.

No estudo realizado com os bolsistas da UFRJ, fica claro que as dificuldades pela quais passam os estudantes oriundos das classes menos favorecidas na sua trajetória acadêmica, são inúmeras.

Alguns aspectos referentes à pesquisa realizada merecem ser destacados:

- Embora a questão da seletividade social na escolha de cursos de graduação seja um dado importante a ser considerado, no grupo pesquisado a escolha dos cursos foi orientada pela afinidade com as disciplinas e o desejo de seguir uma determinada carreira. Mesmo para aqueles estudantes onde houve uma preocupação expressa com

as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, essa orientação foi considerada.

- A maioria dos alunos que participou das entrevistas compõe a primeira geração da família a estar em vias de conclusão de um curso superior, o que corrobora com dados de outros estudos realizados em diferentes universidades públicas, com alunos do mesmo perfil socioeconômico.

- Embora os estudantes tenham superado os obstáculos de acesso, os mecanismos de exclusão se fazem sentir no interior da universidade, de forma mais contundente. A posição de desvantagem é sentida durante toda a vida acadêmica, conforme observado nos relatos.

- O auxílio financeiro é reconhecidamente importante, porém a amplitude das necessidades apontadas não é atingida somente com essa ação.

- O coeficiente de rendimento dos alunos entrevistados nos fez pensar se esse grupo de estudantes, que tão prontamente aceitou colaborar com as entrevistas, não possui um diferencial que torna seu perfil acadêmico tão privilegiado.

Embora a assistência estudantil tenha intenção de ser inclusiva e busque a igualdade de oportunidades para a conclusão do curso superior, não me parece que essa igualdade possa ser alcançada somente com ações ou mesmo com políticas de assistência estudantil, já que existem defasagens educacionais e culturais que interferem negativamente na trajetória acadêmica do estudante. Para transpor esses obstáculos seriam necessários investimentos em outros segmentos da educação no sentido que estes tenham maior efetividade. Não há como, somente na educação superior, se suprir tantas defasagens e buscar igualdade onde há tantas dificuldades a serem superadas.

Com a adoção de novos mecanismos e modalidades de acesso que vem sendo adotadas pelas instituições de ensino superior e, mais recentemente pela UFRJ, a permanência de alunos provenientes dos segmentos historicamente excluídos e invisibilizados é mais do que nunca uma realidade e um crescente desafio para a assistência estudantil, se esta pretender ser efetiva como instrumento de inclusão.